

Falta de pagamentos custa caro ao País e aos credores, diz Reed

por Roberto Baraldi
de São Paulo

O impasse da dívida externa brasileira vem custando caro ao Brasil e ao Citicorp/Citibank, o maior credor internacional privado do País. O presidente do banco, John Reed, em sua visita anual à subsidiária local, disse ontem que o Brasil perdeu US\$ 3 bilhões em linhas de crédito comercial de curto prazo e linhas interbancárias nos últimos meses, em razão do atraso dos pagamentos dos juros da dívida externa.

Para o Citicorp/Citibank, a falta de pagamentos dos juros da dívida neste ano custará US\$ 300 milhões — o custo do carregamento da dívida — e ainda exigirá o lançamento de cerca de US\$ 700 milhões das reservas da instituição como prejuízo, em decorrência do rebaixamento do Brasil na classificação do Interagency Country Exposure Review Committee (Icerc). A decisão do comitê governamental norte-americano obriga os bancos dos Estados Unidos a efetuar 20% de reserva contra os ativos de médio e longo prazo do Brasil. No caso do Citicorp/Citibank, as reservas relativas ao Brasil e à Argentina somam US\$ 4 bilhões, dos quais US\$ 3 bilhões foram constituídos em 1987 e o US\$ 1 bilhão restante, no ano passado. O risco Brasil responde pela maior parte da reserva.

ACORDO URGENTE

John Reed afirmou que é urgente que o Brasil tente alcançar um acordo abrangente com os credores, que permita reduzir sua dívida e voltar ao mercado de crédito internacional. "O Brasil mais perdeu do que ganhou com a suspensão do pagamento de US\$ 5 bilhões em juros. Os juros não pagos não estão nas reservas cambiais e custaram ao Brasil a recusa de novos créditos", destacou Reed.

Ele observou que os bancos respondem ao compor-



John Reed

tamento do cliente, têm medo e querem livrar-se do "exposure" se não confiam no parceiro comercial. Foi este temor, segundo Reed, que levou bancos credores a se livrarem de seus compromissos com linhas comerciais e de interbancário com o Brasil, no valor de US\$ 3 bilhões. Os compromissos foram vendidos no mercado secundário e embora não estejam mais disponíveis, ainda aparecem no relatório do Banco Central.

Antes de serem reduzidas, as linhas comerciais somavam US\$ 11 bilhões e as linhas do interbancário totalizavam US\$ 3,3 bilhões. Um executivo do banco relacionou outras dificuldades decorrentes do atraso do pagamento de juros. As linhas comerciais, historicamente estendidas ao Brasil pelo prazo de 180 dias e "spread" inferior a 1% até há um ano, tiveram seu prazo reduzido para 30 a 60 dias e o "spread" elevado para a faixa de 1,5% a 2%. Como consequência, os bancos brasileiros tomadores destes recursos são obrigados a manter altos níveis de liquidez (entre 20% e 25% diante da média histórica de 5%), como precaução contra a instabilidade do fluxo de recursos, com elevação do custo operacional.

UM ACORDO ABRANGENTE

John Reed não tomou co-

nhecimento oficialmente da proposta brasileira de amarrar o pagamento da dívida externa não ao superávit da balança comercial, mas nos resultados fiscais do exercício, conforme expôs, em Washington, o secretário nacional de política econômica, Antonio Kandir. Para o presidente do Citicorp/Citibank, o momento é oportuno para o diálogo do Brasil com os bancos internacionais, em busca de um acordo que reflita a realidade nacional e as condições do mercado financeiro internacional.

"Não se deve buscar uma negociação em que só uma das partes ganhe. Se o Brasil não ganhar com o acordo, todos os bancos vão perder", disse Reed. "O interesse do Citicorp/Citibank não é cobrar a dívida, porque um banco sem empréstimos é como um tenista sem raquete. Nosso objetivo é chegar a uma situação em que os empréstimos deixem de ser uma preocupação para os dois lados. Nosso envolvimento com a Alemanha é maior do que com o Brasil e ninguém comenta isto", complementou.

O presidente do banco acha possível que o Brasil feche ainda neste ano um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as instituições privadas, mas considera muito difícil que os pagamentos sejam retomados antes de 1991. Ele é contrário à negociação em separado com os bancos, observando que pelo último acordo todos os bancos devem dar "waiver" (dispensa de cláusula contratual em vigor) a outras instituições na hipótese de negociação paralela. Reed propõe um acordo único, mas não monolítico. "É possível chegar a um acordo flexível, que dê a diferentes bancos diferentes alternativas", assinalou. Neste entendimento, podem ser contemplados os bancos menores, que representam 35% dos ativos e que têm interesse em sair

do Brasil, e também as instituições de maior porte que pretendem continuar a operar no Brasil.

O Citicorp/Citibank, há 75 anos no Brasil, enquadra-se no segundo grupo. Por isso, a instituição não aceita negociar a dívida brasileira no mercado secundário. "Não nos preocupamos com o Brasil no longo prazo, porque acreditamos que o País chegará a um acordo que incorpore os mecanismos do Plano Brady e que lhe dê condições de acesso a dinheiro novo", explicou Reed.

CONVERSÃO

Ele não descarta da negociação a conversão de parte da dívida externa em capital de risco em empresas estatais a serem privatizadas. Recentemente, o banco adquiriu 20% do capital da Intel, a estatal telefônica da Argentina, num exemplo de adesão a esta operação.

O mais importante, segundo Reed, é que o Brasil defina as bases de um acordo até o final do ano, para recuperar sua reputação internacional. Em dezembro próximo, o Icerc fará uma nova avaliação dos países devedores e há o risco concreto de o Brasil continuar na classe "value impaired" (valor prejudicado), o que poderia representar a obrigatoriedade de os bancos credores norte-americanos lançarem em seus balanços o equivalente a 40% de suas reservas para o Brasil, o equivalente a US\$ 1,4 bilhão no caso do Citibank Citicorp.

Na escala do Icerc, há países irremediavelmente perdidos, como a Libéria, Nicarágua, Sudão e Zaire, com reservas obrigatórias de 100%, e outros em acelerado rebaixamento, como a Argentina, para a qual os bancos devem efetuar 60% de reservas contra os ativos do médio e longo prazo.